MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

"O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA"

*

CICLO DE ESTUDOS

VII

A VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E A COOPERAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

PELO

Dr. ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

ABRIL — 1955

COMISSÃO NACIONAL
DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Presidente:

Raul Fernandes
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Vice-Presidente:

Ministro Jorge Emilio de Souza Freitas

Membros:

Doutor Alvaro Barcelos Fagundes
Professor Antonio Carneiro Leão
Doutor Benedito Silva
Doutor Cleantho de Paiva Leite
Professor Ernesto Luiz de Oliveira Junior
Professora Heloisa Alberto Torres
Doutor Joaquim Faria Góes Filho
Doutor José Sales de Oliveira Coutinho
Doutor Paulo Maurício Pereira
Doutor Walter Ribeiro da Luz

Diretor Executivo:

Conselheiro Renato de Mendonça

Palácio Itamaraty, Telefone: 43-2820 R. 211
43-5116

RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

"O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA"

★

CICLO DE ESTUDOS

VII

A VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E A COOPERAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

PELO

Dr. ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

338.98(1)
R375a

ABRIL — 1955

APRESENTAÇÃO DO DOUTOR ARTUR CEZAR FERREIRA REIS

É uma honra para a Comissão Nacional de Assistência Técnica poder contar com a valiosa colaboração do Doutor Artur Cezar Ferreira Reis, no prosseguimento do Ciclo de Estudos do Itamaraty sôbre o desenvolvimento econômico do Brasil e a Assistência Técnica, instituído no ano passado.

A escolha do Doutor Artur Cezar Ferreira Reis para proferir a aula inaugural do corrente ano deve-se ao fato de se tratar de um especialista destacado em assuntos ligados ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Embora diplomado em Direito, dedicou-se o nosso conferencista de hoje, desde cêdo, ao estudo dos problemas econômicos, especialmente os relacionados com a Amazônia.

O Doutor Ferreira Reis tem ocupado altos postos na administração pública e desempenhado missões de alta relevância.

É, assim, que, entre outros cargos exerceu a direção da Divisão de Expansão Econômica do Departamento Nacional da Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; membro da Comissão de Financiamento da Produção, que funciona no Ministério do Trabalho; integrou a Comissão de Política Agrária, no Ministério da Agricultura, membro do Conselho Econômico, da Confederação Nacional da Indústria; Diretor do Departamento Estadual do Trabalho, em São Paulo. Representou o Brasil, como um de seus delegados, na Conferência de Havana. Foi um dos membros da Missão Mista Brasileiro-Americana, mais conhecida por Missão Abink, para o setor da mão de obra. Secretariou, em 1951, a Comissão de técnicos que estudou programas de

trabalho, a serem executados na Amazônia, visando-lhe a valorização.

Dentre suas atividades culturais, não podia deixar de mencionar o fato de que é o mesmo um colega de imprensa, pois, entre 1928 e 1938 foi redator-chefe do "Jornal do Comércio", de Manaus e exerceu, interinamente, as cátedras de História do Brasil e da Civilização e de Sociologia no Colégio Estadual do Amazonas, no Colégio Salesiano e na Escola de Comércio Solon de Lucena, de Manaus.

Como se não bastassem tão relevantes atividades culturais, tomou parte em vários congressos tanto no Brasil como no exterior, colaborando em diversas revistas, membro de instituições culturais, contemplado com o prêmio José Veríssimo pela Academia Brasileira de Letras, pelo primeiro volume dos "Limites e Demarcações da Amazônia Brasileira".

Além dessa obra premiada, é autor de vários trabalhos, incluindo estudos, ensaios, relatórios, o mais recente dos quais se encontra em vias de publicação e quatro outros em preparo, dos quais se destaca "História da Amazônia" em quatro volumes.

Não sem razão, pelos títulos científicos como pelo dinamismo de sua atuação em favor da desfavorecida região amazônica, seus colegas e admiradores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apelidaram-no merecidamente de "Vice-Rei da Amazônia".

Em boa hora, pois, confiou-lhe o Govêrno a obra de Superintender êsse Plano, ao que me conste o primeiro de concentrar os esforços do país na redenção econômica do Rio Mar.

Rio de Janeiro, abril de 1955.

Conselheiro RENATO DE MENDONÇA
Diretor-Executivo da Comissão Nacional
de Assistência Técnica

"A VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E A COOPERAÇAO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA"

Conferência realizada no Palácio Itamaraty, pelo Doutor Artur Cezar Ferreira Reis, em 13 de Abril de 1955.

A Amazônia é um ponto de atração para os homens de ciência, como é uma área que despertou e desperta cobiça pelo qué pode apresentar de possibilidades econômicas capazes de satisfazer apetites estranhos, necessidades imediatas ou futuras de natureza espacial.

Embora, a Amazônia constitui ainda um mundo por descobrir, por identificar nas particularidades e peculiaridade que a definem e, conseqüentemente, um mundo por conquistar, o que significa por dominar, por humanizar.

Mundo por descobrir e identificar, porque, se há quatro séculos vem sendo objeto de curiosidade, de interêsse político econômico e científico, o que dêle se sabe, realmente, em minúcias, ainda é um mínimo.

Sua ocupação apesar de espaço aberto à ousadia dos mais dispostos, não é uma realidade, o que importa em concluir que nem mesmo naqueles aspectos menores, do trato diário dos seus habitantes, dos seus nativos, pode constituir acêrvo de conhecimento total. Porque se êsse nativo, êsse habitante, êsse permanente da região, tem dela certo saber imediatista primário, no uso que faz da natureza bravia ou dela recebe os favores que lhe condicionam a vida, êsse saber não é suficientemente extenso ou profundo que autorize a afirmação de que a Amazônia é conhecida em grande estilo, em profundidade, pelo menos dos que com ela vêm convivendo há três séculos.

Terra disputada, nos seus inícios políticos, pelo apetite imperial de inglêses, franceses, holandeses, portuguêses e espanhóis, foi partilhada entre os dois últimos, que puseram fora os outros, "herejes", como lhes chamavam, intrusos, concorrente que punham em perigo as duas soberanias. O trecho que nos interessa, para o empreendimento civilizador que se inicia por determinação constitucional, evidentemente é o trecho a que chamamos de Amazônia brasileira: e tem a caracterizá-la, como aos demais que são partes integrantes de outras soberanias, uma densa floresta, de tipo tropical, e uma rêde hídrica avassalante, que a enriquece, que lhe permite o acesso e condiciona a presença de uma sociedade, que se movimenta, igualmente, em função da floresta densa, tropical, variada, heterogênea, imensamente grande. Sociedade que, à falta de recursos técnicos, não poude ainda passar do ciclo da economia recoletora ou predatoria, pouco tendo criado para modificar a paisagem, nela impondo a vontade disciplinadora e afirmando a sua capacidade de realização material e espiritual. À falta de recursos técnicos e à falta de conhecimento certo e seguro do que vale a região, como área econômica, possibilidades, riquezas, realidade.

Prejudicada por uma literatura ficcionista de exageros, ora de louvores, ora de negações, nem por isso, no entanto, tem deixado de ser um campo de atração para os pesquisadores de tôda espécie. Assim, desde o período da dominação lusitana aos nossos dias, sôbre ela tem descido uma curiosidade científica, que visou os mais variados de seus aspectos, como vem servindo, nos vários períodos por que podemos agrupar essa curiosidade, a esta ou aquela intenção.

No decorrer do período colonial, quando a intenção maior era manter em mãos o grande espaço, ampliando-o e dominando-o polìticamente, os portuguêses não se desinteressaram do exame minudente do que era a Amazônia. Muito ao contrário do que geralmente se afirma, quando os acusam de só se terem interessado pela exploração da terra com o sentido do econômico, do utilitário, do imediato, pondo de lado tôda e qualquer preocupação menos material, desde o primeiro

momento em que com ela se defrontaram sentiram a necessidade de estudá-la para identificá-la e possuí-la. O desejo de conquista política, através da expansão, dirigida para o norte e para o oeste, sôbre o que fôra convencionado como parte integrante do espaço espanhol, não expressou uma constante distanciada do desejo de sabê-la nos seus mistérios e desvendá-la nos problemas que apresentava.

O inventário do que realizaram está sendo levantado. Mestres portuguêses e brasileiros já identificaram os mil pormenores científicos que os portuguêses, de princípios do século XVII a princípios do século XIX apuraram e, se não divulgaram, nem por isso deixaram de ser utilizados pelo poder público na execução de seus planos de govêrno. Sim, porque todo um vasto programa de trabalho para disciplinar o meio, detendo-o e explorando-o racionalmente, foi posto em execução. De certo modo, pode-se dizer que a ação oficial que se desenvolveu processou-se em grande parte orientada pelas observações que se foram coletando e passaram a compor um vasto documentário sôbre a região.

Além do levantamento cartográfico, da identificação de cursos d'água, percorridos com o sentido da instalação de uma soberania permanente, iniciados logo após a chegada do conquistador, fizeram-se indagações, inquéritos e exames do que valiam as águas, a flora, a fauna, na sua utilização, no seu valor econômico, no exotismo que representavam e nas novidades que significavam para o enriquecimento e variedade das ciências da natureza.

Para exemplificar, assinalemos — a "História dos animais e árvores do Maranhão", da autoria do franciscano Cristovam de Lisboa; a "História Natural do Grão-Pará;", escrita pelo dr. Antônio José Landí; a "Zoologia paraense" e a "Flora paraense-maranhense", que devemos ao dr. Antônio Correia de Lacerda. Obras volumosas, em que se compendiaram os conhecimentos adquiridos na região, são, só elas, uma prova provada do quanto a Amazônia entrou nas cogitações dos homens que a desvendaram sob o domínio português.

Há mais, no entanto: o imenso acêrvo de cultura, acumulado nas cem memórias que devemos a Alexandre Rodrigues Ferreira, o sábio baiano que durante décadas viajou e estudou com um amor sem limites do extremo norte, nos seus variados, extensos, múltiplos e difíceis aspectos sociais, econômicos e nas suas características como província etnográfica, zoológica e botânica. Acêrvo de cultura que poude permitir um conhecimento, em extensão e profundidade, que só não foi aproveitado, devido a sucessos políticos que começaram a perturbar todo o esfôrço tranqüilo que se vinha realizando para transformar a Amazônia numa imensa área de civilização, baseada nas constatações que se estavam fazendo na base dos recursos técnicos, de que era possível dispor.

Nas décadas posteriores, alcançada que fôra a autonomia política, com a fundação do Império, a que a Amazônia se incorporou porque quis permanecer brasileira, vencidas as dificuldades que a atormentavam até 1840, a curiosidade científica prosseguiu, evidentemente apresentando um maior rendimento o estudo da natureza regional. E isso porque agora não havia mais a preocupação de manter em segrêdo, como ocorrera no período lusitano, quanto se fôra apurado. Nacionais e estrangeiros penetraram-na, seguidamente, tentando compreendê-la. Êsse esfôrço foi bem sucedido. E ao lado de Bates, Wallace, Natterer, Keller, Leuzinger, Chandless, Spruce, Poepping, Adalberto da Prussia, Agassiz, Castelnau, Crevaux, Herdon, Gibbon, podemos alinhar os Barbosa Rodrigues, os Ferreira Pena, os Gonçalves Tocantins, os Silva Coutinho, os Pereira Labre, Couto de Magalhães, José Maria Nogueira, Marcos Pereira de Sales, Eduardo José de Morais, que se lançaram à investigação do complexo amazônico, sob todos os ângulos.

É de assinalar-se aqui, mesmo de passagem, a contribuição de homens da região, homens simples, sem ilustração, mas que a sabiam pelo contacto com ela, vida intensa e íntima e, em conseqüência, facilitavam a pesquisa dos outros, daqueles que chegaram titulados pelas universidades européias ou norte-americanas ou pelas escolas de nível superior que já

funcionavam no Brasil. Recordemos-lhes os nomes — João da Cunha Correia, João Rodrigues Cametá e Manuel Urbano da Encarnação.

Sabedores das peculiaridades do Purús e do Juruá, conhecimento primário das coisas locais, é certo, guiaram expedições científicas, explicando aos sábios que as integraram as peculiaridades do mundo que estavam percorrendo, dêsse modo garantindo muito do grande êxito que elas foram obtendo.

O resultado de tôda a atividade que se promoveu na região não levou, porém, a conclusões definitivas e à programação de qualquer política oficial brasileira, visando o domínio definitivo do meio. Não há que acusarmos, por isso, os homens então responsáveis pelo país. E não há porque responsabilizá-los, visto que, na verdade, a Amazônia não lhes esteve estranha às preocupações. O que não ocorreu foi o aproveitamento da lição que, seguramente, poderia ser obtida dos estudos que se realizavam em operações de campo. Não era da época, entre nós, a utilização imediata do que os homens de ciência verificavam e levavam ao debate das entidades especializadas. A observação científica parecia-nos terreno muito alto, que não poderia descer ao terra-terra de sua vinculação aos empreendimentos materiais. Vivíamos a concepção da ciência pela ciência. A ciência de finalidade utilitária parecia-nos qualquer coisa de absurdo para não dizer aviltante à própria majestade e dignidade da ciência. E tanto assim que Agassiz, em pleno Rio de Janeiro, sob a presidência do Imperador, expunha a olhares curiosos, ouvidos atentos do mundo social e cultural da capital do Império, as suas "Conversações científicas sôbre o Amazonas", sem lograr maiores conseqüências que o interêsse local e imediato da assistência.

Talvez seja preciso, a bem da verdade, fazer uma pequena exceção no caso particular da Amazônia. Referimo-nos à técnica da extração da borracha e à formação de seringais silvestres e de plantação. Koeller e Leuzinger, Tenreiro Aranha, Pimenta Bueno, Silva Coutinho, clamavam contra o sistema em vigor, que não levaria senão à destruição das espécies nativas, ao aparecimento dos sucedâneos obtidos nas usinas

do velho e do novo mundo e não permitiriam nunca a formação de sociedade estável.

Um Ministro da Agricultura, impressionado com o quadro proposto naquelas reflexões, procurou modificar o panorama. Foi um sinal de que a observação científica poderia ser aceita para uma política pragmática. Os êxitos então alcançados, significando que a esperança de que uma nova orientação pudesse ser adotada, se não passaram além do campo da esperança, nem por isso foram escassos. A técnica de extração melhorou. As árvores lactiferas deixaram aos poucos de ser abatidas para a extração de borracha. Passou-se ao processo da incisão, ao invés do corte de alto a baixo. O que não se conseguiu realizar foi a alteração das condições de trabalho, de produção, no tocante à situação do trabalhador e à formação de um novo tipo de seringal. Porque continuou o regime de servidão, da extração pura e simples, do nomadismo dos grupos extrativistas.

Cabe aqui, no entanto, de passagem, registrar que nem tôdas as observações dos homens de ciência podiam conduzir à mudança de posição dos meios oficiais e privados, o que de certo modo autorizava a descrença na contribuição que trariam. Muitas dessas observações pareciam entrar em choque com a realidade que estava aos olhos de todos. Chandless, por exemplo, subindo o Purús quando se iniciava o "rush" da borracha, alarmado com o que estava presenciando na organização de uma área social em ambiente climático hostil, sentenciou que seria impossível a ocupação da grande bacia: a insolubilidade agiria com tal violência que nenhum agrupamento humano se poderia fixar ali. Chandless pronunciára-se em 1865. Ora, menos de dois decênios decorridos da palavra do cientista, havia no Purús e afluentes mais de 25.000 habitantes, que movimentavam uma fortuna pública e privada em crescimento continuado. No caso das sêcas do Nordeste ocorria o mesmo. As sociedades científicas debatiam o problema: cada um propunha um fundamento para o fenômeno e uma solução própria. A discordância gritante provocava desconfianças. As

tentativas de experimentação das soluções não eram alentadoras.

E no entanto, a ciência a serviço do homem, e não apenas realizada para satisfação de inquietações espirituais, já a essa altura era um dos fundamentos do processo de aceleramento da civilização na Europa e nos Estados Unidos. A revolução das técnicas marcava um momento ponderável na vida de povos, cuja presença se afirmava pelas conquistas materiais e espirituais, a permitirem as conquistas políticas. Essas conquistas decoriam do esfôrço generoso, permanente, dos seus homens de ciência que trabalhavam nos laboratórios, nas usinas e nas pesquisas sôbre a natureza selvagem dos novos mundos que se lhes abriam as portas na África, na Oceânia e na própria Ásia milenar.

Os impérios coloniais, frutos da expansão imperial das nações cheias de vitalidade, formaram-se muitas vêzes com o objetivo dos grandes mercados de matérias-primas, que os naturalistas e os cientistas de tôda espécie estavam identificando. Daí as reservas que se faziam, aqui e ali, às rondas de cientistas que poderiam estar servindo a apetites imperialistas. Quando em fins do século XVIII, Portugal tomou-se de precauções para impedir a entrada de Alexandre de Humboldt em seus territórios amazônicos, não agia senão na preservação de império sul-americano, que o naturalista germânico podia contaminar da ideologia revolucionária, do mesmo passo porque podia servir aos interêsses políticos de povos concorrentes e ambiciosos que se iniciavam na criação de áreas coloniais.

A Amazônia, mundo por desvendar, não deixava de ser nunca um ponto de atração. As expedições cientíicas não cessavam. Já agora porém, compreendíamos a necessidade de atentar melhor para o que podia resultar de benéfico do trabalho dos cientistas.

Sob a colônia, em fins do século XVIII, um governante esclarecido, Souza Coutinho, Capitão-General do Pará, criara em Belém, utilizando os conhecimentos de dois franceses, emigrados de Caiena, Michel Grenouiller e Jacques Sahut, um Jardim Botânico, onde se cultivaram as espécies vegetais da

região e as que foi possível mandar vir de fora. Êsse jardim, que servia de campo de experiências, teve curta duração. Extinguiu-se com o Primeiro Império.

Em 1866, foi a vez do outro estabelecimento do mesmo tipo, aos poucos crescendo quanto às finalidades enriquecido e engrandecido pelo que foi produzido — o "Museu Paraense", hoje "Museu Paraense Emilio Goeldi", cujos servidores, do tipo de Emilio Goeldi, Jacques Huber, Emilia Snetlage, Adolfo Ducke, foram legando à ciência a que serviam uma admirável soma de informações que encheram as páginas da "Revista do Museu" e de publicações autônomas.

Em Manaus, Barbosa Rodrigues fundara o Museu Botânico do Amazonas, cuja revista a "Velosia", é hoje uma preciosidade para bibliófilos e bibliotecas especializadas.

O rendimento pragmático que poderia resultar do estudo científico da Amazônia, e de que os três institutos podem ser tidos como uma experiência inicial, só depois da primeira grande guerra começou a tomar consciência no país. A Amazônia não poderia ser eternamente um espaço geográfico, exótico, de interêsse literário, sentimental, para as exaltações cívicas. A Comissão Brasileiro-Norte-americana que a percorreu como percorreu a Amazônia sob outras soberanias, serviu à revelação dêsse estado d'alma que principiava a constituir-se com certa solidez.

É preciso assinalar que um órgão do govêrno federal, o Serviço Geológico do Ministério da Agricultura, procedia a pesquisas silenciosas, com sucessos muito apreciáveis que iriam permitir, mais tarde, conclusões novas acêrca da riqueza ou pobreza do sub-solo amazônico.

A Comissão Brasileiro-Norte-americana, mais conhecida por Missão Schurtz, serviu, porém, insista-se, para indicar a conveniência e urgência de pesquisas mais longas, mais profundas, com sentido utilitário. Que se sabia, por exemplo, acêrca dos solos da região? Que experiência havia acêrca da formação de seringais de plantação, com tipos de floresta local e tipos de importação? Essas perguntas ficavam sem resposta.

E como essas, um sem número de outras — que valia realmente a floresta amazônica, para empreendimentos industriais? Os peixes da grande rêde hídrica como podiam ser defendidos e assistidos para que não fôssem destruídos e permitissem a sua utilização econômica em grande escala? Os variados exemplares da flora, sôbre que se fazia o giro mercantil, extraídos pelos processos empíricos que o gentio ensinára, como deviam ser trabalhados para torná-la tarefa de agricultores? O regimem das águas, governando impiedosamente a vida, como poderia ser dirigido? As florações minerais aqui e ali apontadas, apresentariam valor econômico?

Quando, em 1946, o legislador constituinte decidiu promover a recuperação da Amazônia, para isso determinando a aplicação, pelo govêrno federal, de três por cento da renda tributária da União e Estados e Municípios da área por valorizar, evidentemente não ignorou a existência de problemas complexos, difíceis, variados, imensos, que exigiriam, para seu equacionamento e soluções, o levantamento preliminar das condições realísticas da região e a interferência de especialistas, de técnicos, que as estudassem e propusessem sem os fumos literários.

E tanto assim era que, de logo fixou que a tarefa de valorização seria processada através de um plano, o que significava a disposição de enfrentar os problemas que mantinham a Amazônia na situação de área subdesenvolvida, não mais pelos processos empíricos das simples dotações ânuas a serviços e obras imaginados sem ordem, sem disciplinação, importando também em confessar o conhecimento daquela realidade crua, para cuja solução havia necessidade de plano de trabalho. Ora, plano de trabalho dessa natureza tinha de partir, evidentemente, do inventário preliminar para a política a ser adotada.

A lei 1.806, completando o dispositivo constitucional, não deixou qualquer margem de dúvida a respeito. Lê-se ali: Artigo 7.º — "O Plano de Valorização que a presente lei regula, destina-se a:

k) — Manter um programa de pesquisas geográficas, naturais, tecnológicas e sociais e de preparação recrutamento e fixação de quadros técnicos e científicos na região, tendo em vista orientar, atualizar e aperfeiçoar a compreensão do Plano e fornecer os elementos técnicos para sua execução."

Pouco antes da promulgação da lei básica da Valorização, reunira-se no Rio de Janeiro uma grande assembléia de técnicos brasileiros, interessados nos assuntos amazônicos, para examinar-lhe os problemas que deviam ser objeto da atenção particular do órgão encarregado da execução dos planos quinquenais de recuperação. E na oportunidade, ficara bem claro que se impunha o reconhecimento da região em seus múltiplos aspectos. E com o reconhecimento, uma ação objetiva do poder público para a qual se fazia imprescindível a participação de técnicos, nacionais ou estrangeiros, que se afeiçoassem aos temas amazônicos e pudessem autorizar um rendimento total para as inversões que o país se decidira promover no extremo-norte.

O Instituto Agronômico do Norte, que vinha operando ha cêrca de vinte anos, seria um dos órgãos de decisiva atuação. O resultado das pesquisas que devera ter realizado não podia ser ignorado. Uma organização nova, o Instituto de Pesquisas da Amazônia, com que o Conselho Nacional de Pesquisas cooperara para solucionar a crise criada com as restrições feitas, no Parlamento ou fora do Parlamento, ao Instituto da Hiléia, concorreria com o seu pessoal especializado atribuindo-se-lhe em grande parte os inquéritos e a assistência técnica necessária ao empreendimento.

Seria suficiente? É de notar-se que se o Instituto Agronômico já se impusera pelo tempo de atividade e a qualificação de seus servidores especializados o mesmo não sucedia com o Instituto de Pesquisas. E isso porque, criado, não fôra sequer instalado. Não possuía quadros. Não tinha sede. Não podia ser instrumento de cooperação imediata.

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia cogitou, de pronto, uma vez instalada em Belém, de criar o seu corpo técnico. Não havia disponibilidade no Brasil. O mercado de trabalho, no sul e mesmo no nordeste, já estava consumindo tôda aquela mão-de-obra de alto nível.

A Superintendência, para as campanhas de pesquisas, valeu-se, então, dos serviços oficiais como o Conselho Nacional de Geografia, o Instituto Agronômico do Norte, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, com êles convencionando. E assegurou ao Instituto de Pesquisas elementos materiais para seu imediato funcionamento, com êle convencionando também.

Mesmo assim era pouco. O Ministério da Agricultura estava mantendo, na Amazônia, a êsse tempo, uma missão florestal, organizada pela F.A.O.. A Superintendência obteve a transferência das obrigações, proporcionando à Missão maiores possibilidades para a execução de seus programas que, examinados na Comissão de Planejamento da Valorização, haviam sido considerados do maior interêsse para os seus objetivos.

Já a essa altura, a referida Comissão de Planejamento elaborara um Programa de Emergência e o Primeiro Plano Quinquenal. Confessava, no entanto, que os programas que indicava tinham seu êxito condicionado à verificação de que se apoiavam na realidade, realidade essa que só através de uma vasta pesquisa de campo poderia ser aferida. A Comissão tinha consciência da gravidade do problema e por isso mesmo tamava-se daquela precaução. Para não deixar de exemplificar: o fortalecimento da agricultura na Amazônia, não abandonando as áreas de várzea mas utilizando-se as "terras firmes", as chamadas "terras altas", sem o exame sereno do valor daquelas terras não podia ser um empreendimento certo e seguro, porque, pela velha conceituação de que as regiões tropicais são pobres a Amazônia não seria um espaço próprio à agricultura que não fôsse a rotativa, de ciclo rápido. Pierre Gourou, que escreveu há pouco um livro de sucesso "Les pays tropicaux", visitando a Amazônia, nela demorando-se duas ou três semanas, concluiria pela exatidão

do conceito clássico. Outros, nacionais e estrangeiros, generalizando, haviam afirmado o mesmo. A Comissão assentara, no Plano Quinquenal, na base do que se considerava uma verdade insofismável, que, nas "terras firmes", a agricultura só poderá alcançar altos rendimentos com a prática de processos de fertilização artificial, pois que

> "é uma terra agrìcolamente perigosa, no sentido de que é trabalhada por uma pluviosidade constantemente alta, oscilando na região entre dois e três e meio metros anuais, com riscos de uma erosão extremamente rápida e ainda insolada pela ardência do sol equatorial com a conseqüente oxidação da matéria orgânica."

Embora, aceitando em princípio como ponto pacífico a generalização aplaudida, não seria interessante insistir na pesquisa, através de um levantamento pedológico dos trechos que a Comissão escolhera para as prioridades de trabalho? E na hipótese de confirmação cabal do conceito clássico, não caberia a interferência imediata do técnico para a indicação dos meios de correção das terras ou do exame minucioso acêrca de quais espécies deviam preferentemente ser utilizadas na operação agrícola? A evidência do acêrto de como proceder à valorização é gritante. No particular dos programas de produção agrícola, como em outros setores sôbre que desceu a sua atenção.

Cabe aqui, agora, a pergunta — mas que será essa valorização, sôbre que se fazem afirmações de tôda espécie, concebida por muita gente como uma obra de puro incentivo à produção de árvores lactíferas e outras espécies da floresta regional ou a realização de obras de engenharia, como se faz no São Francisco e no Vale do Tenessee.

A Valorização da Amazônia foi entendida, pela Comissão de Planejamento, como empreendimento a longo prazo, visando:

"*a*) — assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro;

b) — construir na Amazônia uma sociedade econômicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais;

c) — desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira."

A conquista dêsses objetivos essenciais não pode ser promovida, no entanto, sem que se vençam os obstáculos que têm interferido para evitar que a Amazônia acompanhe o ritmo dinâmico que já assinala, em vários trechos do país, o processo de nossa civilização. Os problemas de base da região precisavam, portanto, ser propostos para que se passasse à formulação da política a executar visando resolvê-los. Êsses problemas são:

"*a*) — o problema alimentar;

b) — o problema de produção de matérias-primas e sua industrialização;

c) — o problema do transporte;

d) — o problema da distribuição do capital;

e) — o problema da saúde;

f) — o problema de nível cultural;

g) — o problema de recuperação das populações *extrativistas*."

Tanto no Programa de Emergência, de vôo limitado ao melhor e mais rápido encaminhamento dos trabalhos e serviços que vinham sendo realizados e não deviam ser abandonados por constituírem primeiros passos do empreendimento — tanto no "Programa de Emergência" como no "Primeiro Plano

Quinquenal", os problemas de base foram propostos nas suas grandes linhas, programando-se, em grande estilo, uma tarefa de campo que, executada a rigor, iria autorizar a melhoria das condições regionais.

Lembrem-se, os que me estão ouvindo, de que disse atrás: o êxito dêste programa de trabalho estava condicionado à confirmação do muito do que imaginávamos certo, mas dependia das pesquisas, das conclusões das pesquisas. A nação ia inverter, na Amazônia, no decorrer do Primeiro quinquênio, Cr$ 8.226.446.209,00. A inversão precisava ser conduzida com tôdas as cautelas, sem precipitações, muito objetivamente, abandonando-se a preocupação do imediatismo e do sensacional. Ademais, a inversão devia cobrir uma área de 5.030.109 quilômetros quadrados em que se dispersa uma população de apenas 3.549.387 habitantes, com um padrão de vida baixo, mesmo nos maiores centros urbanos que são as capitais dos Estados e Territórios.

Batemos às portas da Assistência Técnica das Nações Unidas, por intermédio da Comissão Nacional de Assistência Técnica do Itamaraty. Entramos em contacto com o seu magnífico plantel de pessoal especializado.

Que pedíamos? Técnicos em agricultura tropical, zootécnistas, especializados em fisiologia climática, pedologos, técnicos em colonização, trabalhos florestais e psicultura e geólogos. Técnicos que conosco cooperassem decisiva e intensamente, trazendo-nos a sua experiência, a sua competência, o seu desvêlo, pelo empreendimento de vulto como o a que os chamávamos. Passava aquela fase de desconfiança nas rondas de cientistas ou técnicos renomados. Íamos agora buscá-los para uma participação direta nos nossos trabalhos de gabinete e de campo.

A Assistência Técnica concordou em proporcionar-nos uma equipe de alto nível, que nos vai autorizar a possibilidade da execução imediata de nossos propósitos de uma política de pesquisas nos seguintes campos:

a) — pecuária

b) — ecologia

c) — colonização

d) — agrículura

e) — psicultura

f) — geologia

g) — silvicultura.

Essa política de pesquisas será realizada com a cooperação constante do Conselho Nacional de Geografia, Instituto de Pesquisas da Amazônia, Instituto Agronômico do Norte, Instituto de Imigração e Colonização.

Visa-se, através de sua execução:

a) — a adoção de técnicas apropriadas para a agricultura;

b) — defesa dos rebanhos bovinos ameaçados por endemias e má alimentação, bem como o incentivo ao seu crescimento pela introdução de novas raças;

c) — criação e industrialização de peixes da rêde hídrica e do mar;

d) — conhecimento dos solos, pondo-se fim às dúvidas sôbre o que êles valem e como devem ser utilizados ou corrigidos para as tarefas de agricultura e de organização dos novos núcleos coloniais projetados;

e) — conhecimento do sub-solo para avaliação de seu potencial mineral;

f) — identificação da floresta para permitir o seu aproveitamento racional;

g) — estudo de técnicas de colonização, com a utilização de elementos alienígenas, o aproveitamento dos grupos gentíos pela sua melhor incorporação à vida econômica sem a quebra violenta de seus padrões culturais característicos; e a localização e assistência ao trabalhador nacional ainda entregue à sua própria sorte, em colônias de produção de gêneros de sustentação e de rendimento a longo prazo. Faz-se preciso pôr têrmo à formação de colônias em áreas impròprias e sob métodos empíricos.

É de notar-se, quanto à "silvicultura", que a Missão F.A.O. já está procedendo ao inventário florestal na região do Baixo Amazonas e do Alto Solimões, tendo por cabeça de ponte Santarém e Benjamin Constant. Em Santarém, monta, com os recursos que lhe estamos proporcionando, uma escola para preparação de pessoal habilitado ao trabalho na indústria florestal; em Benjamin Constant, uma colônia pioneira para experiência de trabalhos modernos para exploração florestal. Quanto ao Instituto de Pesquisas, convencionou conosco a montagem, em Manaus, de um centro de estudos florestais e vai contratar a montagem, em Belém, de um centro de pesquisas minerais.

O Instituto de Colonização já operou o reconhecimento preliminar de trechos da Amazônia maranhense e da zona bragantina, no Pará. Vai prosseguir na tarefa, estendendo a sua ação, para atender ao que firmou em convênio com a SPVEA, a outras áreas da Amazônia.

O Conselho de Geografia tem a seu cargo o estudo apropriado das enchentes do Amazonas e das sêcas do Marajó.

A Assistência Técnica das Nações Unidas, perticipando dessas operações de desenvolvimento, vai trazer-nos a sua experiência, o seu conhecimento, mediante programas que lhe serão submetidos à análise e mediante o trabalho de campo.

A Valorização da Amazônia não é empreendimento a curto prazo. Tem de ser operação a longo prazo, realizado já sob um clima de maior compreensão do que se pode obter da ciência a serviço do homem. Projetamo-la assim. Estamos a iniciá-la, indiferentes à atoarda dos que se insatisfazem com a nossa moderação e desejam ver as soluções retumbantes. A assistência técnica que recebemos dos órgãos nacionais e de cooperação internacional há de permitir que as soluções encontradas não se percam. Sejam, ao contrário, úteis, garantindo a tarefa de maturidade a que o Brasil se decidiu para incorporar a Amazônia, em definitivo, aos seus mais altos padrões de civilização.

Gráfica T U P Y Ltda.
Editôra
Barão S. Felix, 42 - Rio

Telefone 4 3 - 7 4 9 4

Gráfica TUPY Ltda.
Editôra
Barão S. Felix, 42 - Rio
Telefone 43-7494

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM